

CRENÇAS DE HOMENS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO¹

*Juliana Cristina Magrin **
*Manoel Antônio dos Santos ***
*André Luiz Monezi Andrade ****
*Aparecido Renan Vicente *****
*Diene Monique Carlos ******
*José Eugenio Rodríguez-Fernández ******
*Wanderlei Abadio de Oliveira ******

RESUMO: Este estudo objetivou descrever crenças masculinas acerca da violência doméstica contra a mulher. Participaram da investigação 170 homens não autores de violência, com mais de 18 anos. A coleta de dados ocorreu por meio de formulário *on-line*. Os dados foram analisados de forma descritiva e exploratória. Verificou-se que os participantes possuem crenças que se aproximam das concepções do campo progressista sobre o fenômeno, na medida em que refutam ideias sobre submissão feminina e o papel tradicional atribuído à mulher pela cultura patriarcal. Os participantes eram, majoritariamente, jovens e os resultados indicam tendência a não endossarem asserções e atitudes alicerçadas em valores que naturalizam a violência contra as mulheres, contrapondo-se às concepções da masculinidade hegemônica que associam agressividade ao “ser homem”. Os resultados podem subsidiar iniciativas de prevenção à violência contra a mulher junto a homens em diferentes contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica. Violência por Parceiro Íntimo. Masculinidade. Equidade de Gênero. Saúde da Mulher.

MEN'S BELIEFS ABOUT VIOLENCE AGAINST WOMEN: AN EXPLORATORY STUDY

ABSTRACT: This study aimed to describe masculine beliefs about domestic violence against women. A total of 170 non-violent men over the age of 18 participated in the study. Data collection occurred through an online form. The data were analyzed in a descriptive and exploratory way. It was verified that the participants have beliefs that are close to the conceptions of the progressive field about the phenomenon, as they refute ideas about female submission and the traditional role attributed to women by the patriarchal culture. The participants are mostly young, and the results indicate a tendency not to endorse assertions and attitudes grounded in values that naturalize violence against women, in opposition to the conceptions of hegemonic masculinity that associate aggressiveness with “being a man”. The results can subsidize initiatives to prevent violence against women among men in different contexts.

KEYWORDS: Domestic Violence. Intimate Partner Violence. Masculinity. Gender Equity. Women's Health.

¹ Este artigo é procedente da dissertação de Mestrado da autora Juliana Cristina Magrin, sob o título: **Opiniões de homens sobre a violência doméstica contra a mulher**, defendida em 2022, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

* Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUC-Campinas. PUC-Campinas. E-mail: juliana_magrin@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0169-7463>

** Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade de São Paulo/USP. E-mail: masantos@ffclrp.usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

*** Doutor em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUC-Campinas. E-mail: andremonezi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0111-8935>

**** Doutorando em Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. E-mail: aparecido_renan@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4417-0880>

***** Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo. Professora Doutora da Universidade de São Paulo/EERP-USP. E-mail: diene_enf@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4950-7350>

***** Doutor em Educação Primária pela Universidade da Coruña (Espanha). Docente da Universidade de Santiago de Compostela. E-mail: geno.rodriguez@usc.es. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1101-5377>

***** Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUC-Campinas. E-mail: wanderleio@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3146-8197>

Introdução

A violência é fenômeno complexo que envolve diversos contextos de vulnerabilidade, tanto em nível macro – sociedade, como em nível micro, afetando diretamente o bem-estar dos atores sociais envolvidos (Farinha; Souza, 2016; Santos; Vieira, 2011). Segundo o Ministério da Saúde, a violência é definida como ato relacionado ao uso de força física ou poder, pode ser expressa de forma prática ou por ameaças, contra uma pessoa, grupo, comunidade ou contra si próprio (Brasil, 2016; Maia; Silva *et al.*, 2013). Dentre os vários tipos de violências, uma das mais persistentes é aquela perpetrada contra mulheres, como a violência doméstica, um grave problema social e de saúde pública (Távora *et al.*, 2020). Conforme declarado na Lei Maria da Penha, a violência doméstica é qualquer ação ou omissão com base em gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial, ocorrendo no âmbito doméstico, familiar ou em uma relação de intimidade (Marques; Erthal; Girianelli, 2019). A Lei tipifica cinco formas de violência doméstica: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral (Marques; Erthal; Girianelli, 2019; Santos; Vieira, 2011).

No Brasil, a violência contra a mulher tem características endêmicas e alcança índices alarmantes (Schraiber *et al.*, 2007; Vieira; Perdoná; Santos, 2011). De acordo com dados do Instituto Maria da Penha, uma mulher é vítima de violência física e verbal a cada dois segundos (Norén, 2021). Segundo o Atlas da Violência 2020, uma mulher foi assassinada a cada duas horas em 2018 (Cerqueira *et al.*, 2021). Além disso, atualmente o Brasil é o quinto país na quantidade de feminicídios (Gedrat; Silveira, 2021). No contexto global, segundo dados sistematizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 30% das mulheres já sofreram violências em seus relacionamentos íntimos (Oliveira *et al.*, 2020). A pandemia por Covid-19 exacerbou esta violência devido às medidas para contenção do vírus, em específico o isolamento social, mantendo mulheres mais vulneráveis pelo afastamento de sua rede de apoio, dificuldades socioeconômicas e maior contato com autores da violência (Vieira; Garcia; Maciel, 2020).

Por seu impacto psicológico e social, frequentemente a violência resulta em danos à saúde física e psicológica da mulher, sendo responsável pela diminuição na autoestima da vítima, o que muitas vezes tem por consequência a dificuldade em conseguir sair da situação de violência (D'oliveira *et al.*, 2009; Guimarães *et al.*, 2018). As contínuas violências sofridas por mulheres no âmbito doméstico podem culminar em adoecimentos, acarretando prejuízos biológicos, psicológicos e sociais, porém de forma silenciosa, o que dificulta o reconhecimento da própria violência sofrida (Lucena *et al.*, 2016; Meneghel; Portella, 2017). A invisibilidade da violência, por sua vez, compromete ou retarda a busca de ajuda (De Ferrante; Santos; Vieira, 2009).

Além disso, outra grave decorrência da contínua exposição às violências é o feminicídio tipificado pelo assassinato de mulheres motivado por questão de gênero (Gomes, 2018; Meneghel; Portella, 2017). Ódio, desprezo, possessividade, sentimentos alicerçados na concepção sexista de que as mulheres são propriedades dos homens podem impulsionar o feminicídio (Meneghel; Portella, 2017). As autoras

apontam o feminicídio como um mecanismo de reprodução da dominação masculina sobre as mulheres arraigado na sociedade e na cultura patriarcal.

No que diz respeito aos homens autores da violência, os principais gatilhos propulsores para um homem cometer violência doméstica contra a mulher são o ciúme e o consumo de álcool (Gedrat; Silveira; Neto, 2020). Esses dados corroboram resultados obtidos por Madureira *et al.* (2014) com 130 homens autores de violência, que evidenciaram que 70,8% dos agressores faziam uso de uma ou mais substâncias lícitas ou ilícitas, sendo identificado o álcool em 60% dos casos. Lírio *et al.* (2018) mencionam que muitos homens acusados de agressão têm histórico de violência sofrida na infância e adolescência, praticada principalmente pelo pai.

Pesquisas também revelam uma relação entre condições socioeconômicas e a perpetração de violência, pois parte significativa dos agressores apresenta baixa escolaridade combinada com baixa renda, o que corrobora a hipótese de que o acesso à informação é crucial no combate e na prevenção a esse tipo de violência (Lírio *et al.*, 2018; Madureira *et al.*, 2014). Nesse sentido, é de suma importância que sejam promovidos espaços de discussão que envolvam homens na discussão sobre a violência doméstica contra a mulher, buscando refletir sobre temas como respeito à dignidade da mulher, igualdade de gênero e potenciais mecanismos que contribuem para a perpetuação do ciclo de violência.

Denota-se que aspectos sociais, que refletem as nuances estruturais e dinâmicas das situações de violência, podem significar que o homem não é violento em sua essência, mas aprende a sê-lo. Nesse sentido, a Teoria da Aprendizagem Social aplicada para compreender o comportamento agressivo, pressupõe que a observação do comportamento dos outros e os modelos familiares com os quais a criança toma contato na infância, moldam como a pessoa estabelecerá suas relações interpessoais ao longo do ciclo vital (Dim; Elabor-Idemudia, 2021). Assim, homens que testemunharam situações de violência doméstica, comportamentos agressivos em diferentes contextos e foram estimulados ao longo da vida a exercerem o poder e a dominação sobre o sexo feminino, tendem a reproduzir esses comportamentos em suas relações de intimidade (Dim; Elabor-Idemudia, 2018; Dim; Elabor-Idemudia, 2021).

Em função desse cenário, reconhece-se a importância da atuação efetiva de profissionais em diferentes áreas como na segurança pública, mas também na saúde e na educação, por exemplo. Intervenções profiláticas para evitar recorrências e entender o fenômeno da violência de forma mais abrangente, promovendo reflexões de cunho psicoeducativo, serão efetivas na medida em que incluam os homens (Monteiro, 2012). Contudo, os profissionais somente conseguirão ser exitosos nesse tipo de intervenção a partir do acesso a evidências científicas sobre como os homens, de forma geral, compreendem e significam esse problema. Estudos que investigam as percepções ou o ponto de vista dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher ainda são limitados e existem lacunas sobre a perspectiva do público masculino sobre o problema. Este estudo teve como objetivo descrever crenças masculinas acerca da violência doméstica contra a mulher.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal, descritivo e exploratório. A pesquisa foi desenvolvida em ambiente virtual e a coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2021. Mais detalhes sobre esse estudo podem ser conferidos em Magrin (2022).

Participantes

Sujeitos do sexo masculino foram convidados para participarem voluntariamente da investigação. Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: (i) autodeclaração de pertencimento ao sexo masculino; (ii) idade maior ou igual a 18 anos; (iii) acesso a *smartphone* ou computador conectado à internet. O único critério de exclusão foi apresentar alguma limitação para o preenchimento *on-line*, sem auxílio de supervisão, do instrumento de coleta de dados.

Instrumentos

Os dados foram coletados por meio de um formulário *on-line* contendo 26 perguntas fechadas e estruturadas. O formulário foi construído especificamente para fins deste estudo a partir de pesquisas realizadas com mulheres na temática da violência doméstica. Inicialmente, os participantes forneceram informações sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade, profissão). Em seguida, responderam perguntas como: Você sabe o que significa a violência doméstica praticada contra mulheres?; Você acredita já ter praticado alguma violência contra mulher(es)?; Quem pode praticar violência doméstica contra a mulher? As respostas eram estruturadas em forma de questões de múltipla escolha, que solicitavam que o participante escolhesse uma resposta em um conjunto de alternativas oferecidas.

Procedimentos

Os dados foram coletados entre os meses de março e abril de 2021. Inicialmente, o formulário *on-line* foi divulgado em redes sociais e em grupos de um aplicativo de mensagens utilizado pelos pesquisadores responsáveis JCM e WAO. No processo de recrutamento dos participantes foi feita a divulgação da pesquisa no ambiente digital. Incluiu-se um texto explicativo sobre a pesquisa para convidar homens (quaisquer pessoas que se identificassem com o gênero masculino) para responderem ao formulário *on-line*. O tempo médio de resposta dos formulários foi de 12 minutos. Todos os interessados pelo estudo conseguiram participar e não houve registro de perdas. Encerrado o período de coleta, os dados foram exportados para uma planilha Excel para organização e análise dos dados.

Análise dos dados

Os dados foram inicialmente tabulados no programa *Microsoft Excel* e exportados para o *Statistical Package for Social Sciences* (versão de avaliação do IBM SPSS). Os dados foram analisados a partir de estatística descritiva (média, frequência e desvio padrão) e inferencial. Em relação a este último, realizou-se análises de correlação de Pearson para verificar possíveis relações entre cada par de itens que compunham o questionário. Para comparação dos resultados foi utilizado o coeficiente de correlação linear de Pearson, com nível de significância de $p < 0,05$.

Considerações éticas

Foram observadas todas as recomendações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da PUC-Campinas (CAEE 43126721.8.0000.5481, Parecer 4.578.553). A participação foi voluntária e os participantes receberam todas as informações relacionadas à pesquisa e manifestaram o consentimento livre e esclarecido na página inicial do formulário *on-line*.

Resultados

A amostra foi composta por 170 sujeitos que se auto identificaram como do sexo masculino, com idade maior ou igual a 18 anos. Destes, 55,7% (n=96) declararam ter idade entre 18 e 25 anos, 74,7% (n=127) cor de pele branca, e 59,4% (n=101) possuíam ensino superior. A maioria dos participantes (75,3%; n=128) eram heterossexuais e residiam no estado de São Paulo (75,9%; n=129). Os dados de caracterização dos participantes estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos dos participantes (N=170).

Informações	Respostas	
	n	%
Idade		
18-25	96	55,7%
26-40	49	28,8%
41-60	21	12,4%
60+	4	2,4%
Cor da pele (seguindo critérios IBGE)		
Branco	127	74,7%
Pardo	31	18,2%
Preto	10	5,9%
Amarelo	2	1,2%
Indígena	0	0,0%
Orientação sexual		
Heterossexual	128	75,3%
Homossexual	23	13,5%
Bissexual	16	9,4%
Outros	03	1,8%
Escolaridade		
Ensino Fundamental	2	1,2%

Ensino Médio	21	12,4%
Ensino Técnico	5	2,9%
Ensino Superior	101	59,4%
Pós-Graduação	41	24,1%
Estado		
São Paulo	129	75,9%
Minas Gerais	24	14,1%
Goiás	5	2,9%
Paraná	4	2,4%
Rio de Janeiro	2	1,2%
Distrito Federal	3	1,8%
Rio Grande do Sul	1	0,6%
Rio Grande do Norte	1	0,6%
Espírito Santo	1	0,6%

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; N/n = número de participantes.

Ao analisar as respostas dos participantes em relação à violência doméstica contra a mulher, 92,9% (n=158) não endossaram a asserção de que todas as mulheres devem se tornar mães; 84,7% (n=144) negaram que existem mulheres que “valem mais” do que outras e 91,2% (n=155) declararam não acreditar no conceito de “sexo frágil” como atributo do gênero feminino. Confrontados pela crença de que mulheres devem “se dar o valor”, 54,1% (n=92) responderam negativamente, e 31,2% (n=53) responderam afirmativamente. Apenas um participante concordou que as mulheres devem ser submissas ao sexo masculino em todos os aspectos de sua vida, porém sete participantes corroboraram a crença na submissão feminina em apenas alguns aspectos da vida. A maioria (92,9%; n=158) dos sujeitos não endossou a afirmação de que, quando uma mulher faz algo que desagrade o homem com quem convive, deve ser punida. Esses dados referentes às concepções e crenças dos homens sobre as mulheres e ao modo como eles compreendem a questão da violência doméstica estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Concepções de homens sobre a violência doméstica contra a mulher

Asserções	Respostas	
	n	%
Você acredita que todas as mulheres devem se tornar mães?		
Sim	5	2,9%
Não	158	92,9%

Não sei opinar	7	4,1%
Você acredita que existem mulheres que valem mais e outras mulheres que valem menos?		
Sim	21	12,4%
Não	144	84,7%
Não sei opinar	5	2,9%
Você acredita que mulheres devem “se dar o valor”?		
Sim	53	31,2%
Não	92	54,1%
Não sei opinar	25	14,7%
Você acredita no conceito de “sexo frágil”?		
Sim	11	6,5%
Não	155	91,2%
Não sei opinar	4	2,4%
Você acredita que as mulheres devem ser submissas ao sexo masculino em todos os aspectos de sua vida?		
Sim	1	0,6%
Não	169	99,4%
Você acredita que as mulheres devem ser submissas ao sexo masculino em alguns aspectos de sua vida?		
Sim	7	4,1%
Não	161	94,7%
Não sei opinar	2	1,2%
Quando uma mulher faz algo que desagrada o(s) homem(ns) com quem convive, ela deve ser punida?		
Sim	2	1,2%
Não	158	92,9%
Não sei opinar	10	5,9%
Você sabe o que significa a violência doméstica praticada contra mulheres?		
Sim	161	94,7%
Não	5	2,9%
Não sei opinar	4	2,4%

Você conhece casos de mulheres que foram agredidas por homens no contexto doméstico?		
Sim	146	85,9%
Não	17	10,0%
Não me lembro	7	4,1%
Se sim, esses casos envolviam pessoas próximas a você?		
Sim	101	67,3%
Não	49	32,7%
Nos últimos seis meses, você testemunhou algum caso de violência doméstica?		
Sim	25	14,7%
Não	142	83,5%
Não sei opinar	3	1,8%
Você acredita já ter praticado alguma violência contra mulher(es)?		
Sim	63	37,1%
Não	90	52,9%
Não sei opinar	17	10,0%
Você já sentiu irritado ou explodiu por coisas pequenas em seus relacionamentos?		
Sim	100	58,8%
Não	67	39,4%
Não sei opinar	3	1,8%
Pensando na sua infância ou adolescência, você já apanhou, levou tapas, palmadas, beliscões, surras ou puxões de orelha?		
Sim	142	83,5%
Não	28	16,5%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na conformação das ideias e concepções dos homens sobre as mulheres, a maioria dos participantes que acreditam que todas as mulheres devem se tornar mães têm idade acima de 40 anos. Todos os homens que seguem esta crença também acreditam que as mulheres devem “se dar o devido valor”. Além disso, dos 53 sujeitos que acreditam que as mulheres devem “se dar o valor”, apenas cinco não se consideram heterossexuais. Outros dados que se inter cruzam são as crenças de que existem mulheres que “valem” mais do que outras e de que elas devem “se dar o valor”: a maioria dos sujeitos que endossou a primeira ideia também confirmou a segunda.

Em relação à violência doméstica contra a mulher propriamente dita, 94,7% (n=161) dos homens afirmaram saber o que esse conceito significa e 85,9% (n=146) conheciam casos de mulheres que foram agredidas por homens no contexto doméstico. A maioria dos participantes também reconheceu que esses casos conhecidos envolviam pessoas próximas. Dado relevante se refere à crença manifesta por 52,9% (n=90) que acreditavam já ter praticado alguma violência contra mulher(es) em algum momento da vida. Além disso, 58,8% (n=100) apontaram que já se sentiram irritados ou “explodiram” por coisas pequenas em suas relações de intimidade e 83,5% (n=142) declararam ter sofrido algum tipo de agressão quando crianças.

Nas Tabelas 3 e 4 são apresentados os dados de correlação entre as opiniões expressas sobre mulheres e sobre a violência.

Tabela 3 – Matriz de correlações entre crenças de homens sobre mulheres.

Correlação de Pearson	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11
Q1											
Q2	0,034										
Q3	-,173*	- 0,036									
Q4	0,088	- ,172*	0,109								
Q5	- ,222**	0,029	0,07	0,027							
Q6	0,042	- 0,068	0,062	,231**	- 0,047						
Q7	- ,247**	0,14	,178*	0,01	,247**	,244**					
Q8	- 0,056	- ,164*	,239**	,204**	0,006	,176*	,208**				
Q9	0,062	- 0,143	0,039	- 0,006	0,003	- 0,019	- 0,137	,251**			
Q10	- 0,027	- 0,115	0,03	,156*	- 0,091	,240**	0,085	0,069	-0,01		
Q11	- 0,144	- 0,046	0,128	-0,01	0,077	- 0,014	0,011	,255**	0,014	0,122	

Fonte: Elaborado pelos autores. Notas: *A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades); **A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades) *Nível de significância $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.
 Legenda: Q1=Quantos anos você tem?; Q2=Qual a sua cor de pele ou raça (IBGE)?; Q3=Qual a sua orientação sexual? Q4: Qual a sua escolaridade?; Q5=Você acredita que todas as mulheres devem se tornar mães?; Q6=Você acredita que existem mulheres que valem mais e outras mulheres que valem menos?; Q7=Você acredita que mulheres devem “se dar o valor”?; Q8=Você acredita no conceito de “sexo frágil”?; Q9=Você acredita que as mulheres devem ser submissas ao sexo masculino em todos os aspectos de sua vida?; Q10=Você acredita que as mulheres devem ser submissas ao sexo masculino em alguns aspectos de sua vida?; Q11=Quando uma mulher faz algo que desagrada o(s) homem(ns) com quem convive, ela deve ser punida?; Q12=Você sabe o que significa a violência doméstica praticada contra mulheres?; Q13=Você conhece casos de mulheres que foram agredidas por homens no contexto doméstico?; Q14=Você acredita já ter praticado alguma violência contra mulher(es)?; Q15=Você já sentiu irritado ou explodiu por coisas pequenas em seus relacionamentos?

Tabela 4 – Matriz de correlações entre crenças de homens sobre violência doméstica.

Correlação de Pearson	Q1	Q2	Q3	Q4	Q12	Q13	Q14	Q15
Q1								
Q2	0,034							
Q3	-,173*	-0,036						
Q4	0,088	-,172*	0,109					
Q12	-0,051	0,01	-0,048	0,069				
Q13	0,026	-0,034	-0,177*	-0,103	0,048			
Q14	-0,135	0,059	0,077	-0,073	0,123	0,144		
Q15	-0,005	0,037	0,134	-0,095	0,031	-0,028	0,241**	

Fonte: Elaborado pelos autores. Notas: *A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades); ** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). *Nível de significância $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.
 Legenda: Q1=Quantos anos você tem?; Q2=Qual a sua cor de pele ou raça (IBGE)?; Q3=Qual a sua orientação sexual? Q4: Qual a sua escolaridade?; Q12=Você sabe o que significa a violência doméstica praticada contra mulheres?; Q13=Você conhece casos de mulheres que foram agredidas por homens no contexto doméstico?; Q14=Você acredita já ter praticado alguma violência contra mulher(es)?; Q15=Você já sentiu irritado ou explodiu por coisas pequenas em seus relacionamentos?

Todos os homens que acreditam no conceito de “sexo frágil” declararam ser heterossexuais, sendo que a maioria referiu não ter cor de pele branca. Homens que endossam o conceito de “sexo frágil”

também acreditavam que as mulheres devem “se dar o valor”. Da mesma forma, homens que manifestaram crenças de que mulheres devem ser submissas ao sexo masculino em alguns aspectos de sua vida também acreditavam que algumas mulheres valem mais do que outras, sendo que a maioria que concorda com a submissão da mulher tem menor nível de escolaridade. Porém, destaca-se que alguns homens que referiram acreditar no conceito de “sexo frágil” não concordaram que a mulher deve ser punida ao desagradar o homem.

Em relação às ideias dos homens a respeito da violência doméstica contra a mulher, a maioria dos homens que acredita já ter praticado algum tipo de violência contra mulher(es) já sentiu irritado ou explodiu por coisas mínimas em seus relacionamentos. Outro dado interessante é que 42 dos 43 homens que se consideraram não heterossexuais afirmaram ter conhecimento de casos de mulheres que foram agredidas por parceiros íntimos no contexto doméstico.

Discussão

Os resultados apontam que a maior parte dos homens participantes do estudo manifestam crenças e opiniões que podem ser consideradas consistentes com o campo progressista, no sentido de não estarem alinhadas ao pensamento sexista herdeiro do sistema colonial-patriarcal. Nesse sentido, ideias como a de que toda mulher deve necessariamente ser mãe, o conceito-clichê de “sexo frágil” e a crença consagrada pela tradição machista de submissão *natural* da mulher parecem não fazer parte do sistema de crenças modais desses homens.

Há um alinhamento nas concepções dos homens sobre ser mulher e a questão da violência, o que pode ser explicado por algumas das características dos participantes, principalmente quanto à idade e à escolaridade. Nesse sentido, destaca-se que a amostra é, majoritariamente jovem, com acesso à educação formal e qualificação profissional. Esses achados permitem inferir que o maior acesso à informação e à formação de qualidade tem potencial para ampliar possibilidades cognitivas e expandir a consciência crítica, o que pode ser importante para sistematizar programas de intervenção que promovam reflexões sobre a complexidade que reveste a questão da violência doméstica. Esse aspecto é consistente com as discussões produzidas por outros estudos (Gedrat; Silveira; Neto, 2020; Madureira *et al.*, 2014; Scott; Oliveira, 2018). Outro aspecto que fortalece essa interpretação é o fato de que a crença de que as mulheres devam ser naturalmente submissas foi expressa mais preponderantemente por homens com menores níveis de escolaridade.

A questão da transgeracionalidade da violência é importante nos estudos sobre violência doméstica (Dim; Elabor-Idemudia, 2018; Magrin; Oliveira, 2023; Reis; Prata; Parra, 2018). Segundo a perspectiva da Teoria da Aprendizagem Social, as respostas dos participantes podem ser explicadas pelo atravessamento da questão geracional (idade), o nível de instrução formal e o gênero (masculino). Uma revisão da literatura já documentou que entre as consequências da exposição de crianças à violência doméstica estão problemas de ajustamento ou comportamento e agressividade em outros momentos do

ciclo vital (Lourenço *et al.*, 2013). Estudo transversal e descritivo junto a 403 adolescentes para identificar variáveis pessoais e contextuais associadas à perpetração da violência no namoro indicou que vivenciar violência psicológica na infância aumenta 5,37 vezes a probabilidade de um adolescente ser perpetrador de violência em relações íntimas (Borges; Heine; Dell'aglio, 2020).

Pesquisas anteriores verificaram que profissionais com maior grau de educação formal apresentam concepções mais arrojadas sobre a violência doméstica. Nesse sentido, estudo com 53 profissionais de saúde (enfermeiros, médicos, entre outros) revelou o entendimento majoritário de que as agressões são problemáticas e que o uso de álcool e outras drogas pode explicar sua ocorrência (Martins *et al.*, 2018). Outra investigação, conduzida com 30 profissionais, em sua maioria mulheres, revelou conhecimentos adequados sobre a violência doméstica contra a mulher, os principais agressores e os múltiplos tipos de sua manifestação (Fusquine; Souza; Chagas, 2021). Investigação realizada com 14 médicos ginecologistas-obstetras e clínicos gerais mostrou que os profissionais, por se sentirem despreparados para abordar o tema, o enfrentam com muitos preconceitos de classe social e gênero, transferindo a responsabilidade, por eventuais falhas no atendimento, aos “outros”: os serviços, a rede e as mulheres (De Ferrante; Santos; Vieira, 2009)

Ao mesmo tempo, homens jovens e solteiros dão menos apoio às normas relacionadas à masculinidade hegemônica e, por conseguinte, apresentam tendência a não endossar crenças e atitudes que possam promover violências contra as mulheres (Fattah; Camellia, 2021). Esses homens mais “progressistas” rompem com as expectativas de que as mulheres sejam submissas aos membros da família do sexo masculino, que exercem o poder pela via da coerção e do disciplinamento de comportamentos entendidos como inadequados ou moralmente “errados”. Além disso, outras crenças de supremacia masculina também parecem estar superadas, tais como: mulheres não podem negar sexo ao parceiro, mulheres são culpadas pelas agressões quando se vestem de forma “provocante/sedutora” e todas as mulheres devem se tornar mães.

Por outro lado, o presente estudo mostra a persistência de resquícios do ideário machista/patriarcal, visível no endosso a concepções de que a mulher deve “se dar o valor” e de que algumas mulheres valem mais do que outras. Essas ideias ainda estão muito difundidas no horizonte cultural e se mostraram presentes nas respostas obtidas com a amostra deste estudo. Esses pensamentos ainda se relacionam à ideia de responsabilização das mulheres pela violência que sofrem no cotidiano. Trata-se de um argumento cínico, que imputa às vítimas à responsabilidade por se colocarem em situações que têm como consequência os atos violentos de homens, na medida em que usam roupas provocativas (como saias curtas ou calças apertadas que realçam as formas do corpo), consomem bebida alcoólica, dançam e movimentam seus corpos de forma “escandalosa” e postam fotos nas redes sociais com roupas decotadas. Todas essas ações são consideradas condutas que atestariam uma desvalorização de si próprias, o que está relacionado com o conceito de feminilidade disseminado pela masculinidade hegemônica segundo o qual a mulher deve assumir um papel social de recato, submissão e passividade.

A esperada docilidade dos corpos femininos é percebida, pelo pensamento conservador, como necessária para o bom funcionamento da família. Ao mesmo tempo em que é execrada e atacada por crenças misóginas, a mulher é exaltada e naturalizada como única responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, enquanto o homem é reafirmado em seu lugar de provedor das necessidades materiais da família, mantendo-se viril, forte e superior, o “cabeça” do casal (Einhardt; Sampaio, 2020; Schraiber; Barros; Couto, 2012; Vieira, 2018).

Considerando o conjunto dos resultados obtidos neste estudo em relação às concepções dominantes sobre o lugar das mulheres, sublinha-se a importância de incentivar o acesso dos cidadãos à informação de qualidade, assim como a necessidade da mudança na cultura da masculinidade hegemônica, para que, desde os primeiros anos de vida, os homens aprendam sobre igualdade de gênero e o imperativo do respeito à dignidade das mulheres. É necessário promover reflexões permanentes acerca das masculinidades e do “ser homem” em nossa cultura, pondo em xeque as vivências muitas vezes violentas e danosas não só em relação às mulheres, suas vítimas preferenciais, mas também aos próprios homens (Medrado; Nascimento; Lyra, 2020). Para promover tal mudança, é indispensável redefinir conceitos do modelo da masculinidade hegemônica, estabelecendo novos modos de relação de gênero, mais arrojados e emancipatórios, o que deve principiar com a educação, tanto nas instituições, quanto na criação familiar, buscando romper com o ciclo vicioso dos comportamentos violentos que estão normalizados na sociedade (Magrin; Oliveira, 2023; Silva *et al.*, 2020).

Como se pode inferir a partir das respostas obtidas, os participantes do estudo expressam vivências diferenciadas da masculinidade. Esse dado é relevante, visto que homens que aderem a estereótipos rígidos e sexistas que prescrevem os modos de como “ser homem” têm maior probabilidade de usar e tolerar a expressão de violência contra as mulheres. Assim, uma boa notícia dessa pesquisa exploratória se refere à perspectiva de mudanças que poderão ser reafirmadas com intervenções que considerem esses aspectos junto aos homens em diferentes momentos do ciclo vital. Além disso, o combate à violência doméstica contra a mulher exige ampliar o olhar para além das vítimas, incluindo também os homens, que são majoritariamente autores desse tipo de violência. Desse modo, evidencia-se a necessidade de criação de políticas públicas que envolvam estes sujeitos para além da lógica punitiva (Gedrat; Silveira, 2021). É fundamental que haja investimento no planejamento e implementação de políticas públicas e ações dedicadas à promoção da igualdade de gênero, envolvendo todos os setores públicos sociais, em adição às campanhas de denúncias e suporte às vítimas (Vieira; Garcia; Maciel, 2020; Schraiber *et al.*, 2012). Pode-se, assim, promover acesso à informação, sensibilização e conscientização e, por consequência, prevenção da violência doméstica contra a mulher (Gedrat; Silveira; Neto, 2020).

Com base nos resultados apresentados também é possível realizar uma reflexão acerca do papel da psicologia no contexto do combate à violência doméstica contra a mulher. Quando capacitados, psicólogos podem contribuir com o acolhimento das vítimas, assim como dos autores dos agravos, seja em instituições privadas, como consultórios, ou públicas, como na própria delegacia em que ocorrem as

denúncias (Farinha; Souza, 2016; Monteiro, 2012). Além de exercerem esse papel, psicólogos(as) podem e devem estar envolvidos(as) na criação e execução de políticas públicas que valorizem a ótica voltada à transformação do homem agressor, favorecendo a disseminação da informação para outras populações que não são, via de regra, beneficiadas pelas políticas públicas (Silva; Carvalhaes, 2016)³⁹. Por fim, é crucial que o psicólogo se utilize da perspectiva igualitária de gênero como norteadora em sua atuação profissional, evitando a generalização dos casos, desfazendo-se de pré-conceitos e discriminações tanto em relação à vítima, quanto ao agressor, para que cristalize um olhar humanizado e cuidadoso, buscando englobar subjetividades que se constituíram em contextos de violência e intenso desamparo social. É preciso identificar recursos e ações que contribuam para a melhora da qualidade de vida desses indivíduos (Monteiro, 2012).

Considerações finais

Este estudo objetivou identificar as crenças de um grupo de homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Verificou-se que os homens participantes do estudo aparentemente são mais inclinados a se pautarem por concepções menos atreladas à concepção sexista, que reifica e essencializa as diferenças entre homens e mulheres para justificar a perpetuação das desigualdades de gênero. Nesse sentido, os participantes apresentam uma visão próxima ao campo progressista sobre as mulheres e a problemática da violência doméstica.

O alto nível de escolaridade dos sujeitos pode ser indicativo de maior tomada de consciência sobre a complexidade do problema, sendo que a sensibilização decorre provavelmente das reflexões que foram construídas nos espaços educativos. Ao mesmo tempo, as crenças estão alinhadas com um pensamento mais contemporâneo, principalmente por serem expressas por uma amostra jovem e com amplo acesso à informação. Porém, algumas ideias ainda estão alinhadas com conceitos de masculinidade hegemônica, como a crença de mulheres deverem “se dar o valor”. O ponto forte do estudo reside na apresentação das concepções de homens sobre mulheres e violência doméstica, e essas informações podem ser utilizadas no planejamento de estratégias de intervenção em diferentes serviços.

Este estudo apresenta algumas limitações. Primeiramente, o desenho transversal impede generalizações e estabelecimento de relações causais entre os tópicos abordados. Em segundo lugar, tratou-se de uma amostra pouco diversificada, predominantemente jovem, branca, com ensino superior. Ao mesmo tempo, os dados sociodemográficos indicam certa restrição em relação à região de origem e etnia dos participantes. Embora tenham sido adotadas medidas para minimizar os efeitos desse viés de seleção, as interpretações dos resultados devem considerar essa limitação.

Considerando as lacunas identificadas na produção científica voltada à perspectiva dos homens quanto ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher, esta pesquisa contribui com subsídios para aprimorar o conhecimento sobre algumas facetas da violência que estão relacionadas à dimensão cognitiva, especialmente as crenças que ancoram as percepções do fenômeno. É preciso estimular mais

investigações neste âmbito, que se fazem necessárias para o aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno. Para tanto, também é importante explorar a temática junto a homens autores de violência, assim como junto à população masculina em geral, ampliando assim o olhar sobre o fenômeno da violência doméstica contra a mulher a partir da perspectiva dos perpetradores ou potenciais agressores.

REFERÊNCIAS

- BORGES, J. L.; HEINE, J. A.; DELL'AGLIO, D. D. Variáveis pessoais e contextuais predictoras de perpetração de violência no namoro na adolescência. **Revista Acta Colombiana de Psicología**, Colômbia, vol. 23, nº 2, p. 438-69, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14718/acp.2020.23.2.16>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- BRASIL. **Panorama da violência contra mulheres no Brasil**: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal; Observatório da Mulher contra a Violência, 2016. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/529424>>. Acesso em: 02 mai. 2021.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência**. Brasília: Livraria Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- D'OLIVEIRA, A. F. P.L. et al. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, vol. 43, nº 2, p. 299-310, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000013>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- DE FERRANTE, F. G.; SANTOS, M. A.; VIEIRA, E. M. Violência contra a mulher: percepção dos médicos das unidades básicas de saúde da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. **Interface**, Botucatu, vol. 13, nº 31, p. 287-299, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000400005>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- DIM, E. E. ELABOR-IDEMUDIA, P. Prevalence and predictors of psychological violence against male victims in intimate relationships in Canada. **Journal of Aggression, Maltreatment e Trauma**, Londres, vol. 27, nº 8, p. 846-866, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10926771.2017.1382638>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- DIM, E. E. ELABOR-IDEMUDIA, P. Social structure, social learning, and the severity of physical intimate partner violence against women in Nigeria. **Journal of Interpersonal Violence**, Washington, vol. 36, nº 5-6, p. 2862-2886, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0886260518764384>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- EINHARDT, A.; SAMPAIO, S. S. Violência doméstica contra a mulher: com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, vol. 138, p. 359-378, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.217>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- FARINHA, M. G.; SOUZA, T. M. C. Plantão psicológico na delegacia da mulher. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, vol. 17, nº 1, p. 65-79, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100007&lng=pt>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FATTAH, K. N.; CAMELLIA, S. Gender norms and beliefs, and men's violence against women in rural Bangladesh. **Journal of Interpersonal Violence**, Washington, vol. 35, nº 3-4, p. 771-793, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0886260517690875>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FUSQUINE, R.S.; SOUZA, Y.A.; CHAGAS, A. C. F. Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 13, nº 1, 113-124, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/pssa.v13i1.1010>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GEDRAT, D. C.; SILVEIRA, E. F. O perfil dos homens autores de violência doméstica: dados, considerações e ações tomadas. In: ANDRADE, F. M. (Org.). **A construção do campo da saúde coletiva 2**. Ponta Grossa: Atena, 2021.

GEDRAT, D.C.; SILVEIRA, E. F.; NETO, H. A. Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 342-358, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.216>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GOMES, I. S. Femicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 26, nº 2, p. e39651, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GUIMARÃES, R. C. S. et al. Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. **Revista Cuidarte**, Colombia, vol. 9, nº 1, p. 1988-1997, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.15649/cuidarte.v9i1.438>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LÍRIO, J. G. et al. Abuso intrafamiliar na infância de homens em processo criminal por violência conjugal. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, vol. 31, n. 4, p. 423-429, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0194201800059>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LOURENÇO, L. M. et al. Consequences of exposure to domestic violence for children: a systematic review of the literature. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 23, nº 55, 263-271, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-43272355201314>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LUCENA, K. D. T. et al. Analysis of the cycle of domestic violence against women. **Journal of Human Growth and Development**, Santo André, vol. 26, nº 2, p. 139-146, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.7322/jhgd.119238>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MADUREIRA, A. B. et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, vol. 18, nº 4, p. 600-606, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140085>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MAGRIN, J. C.; OLIVEIRA, W. A. Men's perceptions of domestic violence against women: a qualitative study. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, São Paulo, Brasil, v. 33, p. e3302, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-4327e3302>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MAGRIN, J. C. **Opiniões de homens sobre a violência doméstica contra a mulher**. 2022. Dissertação (Mestrado). Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16490?locale-attribute=en>>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MAIA E SILVA, M. C. et al. Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, vol. 22, nº 3, p. 403-

- 412, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742013000300005>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- MARQUES, B.O.M.; ERTHAL, R. M.C.; GIRIANELLI, V. R. Lei Maria da Penha: uma análise crítica à luz da criminologia feminista. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, vol. 43, n° 4, p. 140-153, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S412>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- MARTINS, L. C. A. et al. Violência de gênero: conhecimento e conduta dos profissionais da estratégia saúde da família. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, vol. 39, p. e2017-0030, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0030>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- MEDRADO, B.; NASCIMENTO, M.; LYRA, J. Os feminismos e os homens no contexto brasileiro: provocações a partir do encontro 13º Fórum Internacional AWID. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 24, n° 2, p. 603-608, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.01662017>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- MONTEIRO, F. S. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. Monografia (Graduação). Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- NORÉN, A. **Aumento no índice de violência contra a mulher; saiba como denunciar**. Relógios da Violência. Maio de 2021, Notícias. Disponível em: <<https://relogiosdaviolencia.com.br/aumento-no-indice-de-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- OLIVEIRA, W. A. et al. Violência por parceiro íntimo em tempos da COVID-19: scoping review. **Psicologia, Saúde e Doenças**, Lisboa, vol. 21, n° 3, p. 606-623, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15309/20psd210306>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- REIS, D. M.; PRATA, L. C. G.; PARRA, C. R. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.pt**, Portugal, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?impacto-violencia-infantil>. Acesso em: 02 mai. 2020.
- SANTOS, M. A; VIEIRA, E. M. Recursos sociais para apoio às mulheres em situação de violência em Ribeirão Preto, SP: a perspectiva de informantes-chave. **Interface**, Botucatu, vol. 15, n° 36, p. 93-108, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832011000100008>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, vol. 15, n° 4, p. 790-803, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000400011>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- SCHRAIBER, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, vol. 41, n° 5, p. 797-807, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000500014>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- SCOTT, J. B.; OLIVEIRA, I. F. Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n° 2, p. 71-88, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2951>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, A.F. et al. Atributos sociais da masculinidade que suscitam a violência por parceiro íntimo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol. 73, nº 6, p. e20190470, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0470>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, R. B.; CARVALHAES, F. F. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 2, p. 247-256, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

TÁVORA, M. F. et al. Análise de gênero e de cruzamentos interseccionais de um programa para autores de violência doméstica contra as mulheres. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, vol. 10, nº 2, 440-466, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6802>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VIEIRA, A. E. A. **Compreendendo a violência doméstica a partir dos depoimentos de homens autores de violência contra a mulher**. Monografia (Graduação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/195738>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VIEIRA, E. M.; PERDONA, G. S. C.; SANTOS, M. A. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, vol. 45, nº 4, p. 730-737, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102011005000034>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. The increase in domestic violence during the social isolation: what does it reveals? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, p. e200033, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

*Recebido em: 11 de novembro de 2024.
Aprovado em: 17 de outubro de 2025.*